



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Oral

O projecto da Taipa Pequena foi concedido a um promotor em 1980, e em 2005, ou seja, passados 25 anos, o respectivo contrato não deveria ser renovado. Porém, o Governo, com o motivo de o promotor ter uma forte vontade de concluir o resto do projecto, não hesitou em violar o limite máximo de 25 anos definido pela Lei de Terras, e concedeu novamente o terreno ao mesmo promotor. Passado menos de um ano, o promotor mudou, repentinamente, de opinião, e acabou com o projecto de desenvolvimento inicial de construir um hotel e vivendas baixas, passando a construir seis edifícios altos para fins habitacionais com 100 metros de altura. E o que nos surpreende é que o Governo aceitou este pedido e apenas recorreu às razões técnicas para estudar a sua viabilidade, facto este que nos deixa, de facto, admirados. O Governo deu luz verde, mas foi grande a repercussão entre a população, uma vez que este projecto revisto vai destruir as montanhas e as zonas verdes da Taipa Pequena. O que é interessante é que neste grande problema, que tem a ver com protecção ambiental, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) esteve quase invisível.

Na verdade, o projecto de construção de vivendas baixas que passou a ser de construção de 6 prédios altos com 100 metros, segundo um estudo do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, que teve em consideração aspectos como a arborização e a protecção das montanhas, existem poucas as plantas na Taipa Pequena e as montanhas não são estáveis, por isso, devem



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ser protegidas. A intenção deste projecto já alterado é construir prédios altos nos caminhos que rodeiam a Taipa Pequena, o que vai facilmente provocar efeitos biombo, afectar a movimentação do ar e a luminosidade, prejudicando o crescimento das plantas e podendo, até, provocar a sua morte. Aliás, o projecto de construção está muito perto das montanhas e dos trilhos, e a altura dos prédios chega aos 154 metros, portanto, muito mais altos do que a altura máxima da Taipa Pequena que é 110 metros, afectando gravemente a paisagem.

Perante as fortes reacções da sociedade, a postura adoptada pelo Governo da RAEM foi arrastar o assunto, solicitando ao promotor a revisão do projecto de desenvolvimento em vez de lhe exigir que seguisse o projecto inicial, o que equivale a dar-lhe luz verde. Durante estes dias, tem-se ouvido dizer que o projecto em causa já passou na avaliação ambiental e vai ser aprovado a correr antes da entrada em vigor da Lei de Terras e da Lei do Planeamento Urbanístico, ou seja, em Março. Assim sendo, os dirigentes da DSPA foram questionados pela comunicação social sobre o assunto, e o resultado é interessante: a subdirectora da DSPA, Vong Man Hong, respondeu que o relatório de avaliação do impacto ambiental não é suficiente para se elaborar um parecer final, e como não existe ainda um parecer final, não é adequado estar a divulgar o relatório de avaliação do impacto ambiental e a opinião da Direcção. Nessa mesma noite, mudou, de repente, as suas palavras, afirmando que o referido relatório já tinha sido analisado e que tinha sido apresentado em conjunto com o parecer, para análise e ponderação da



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

DSSOPT. No entanto, continua a recusar divulgar a opinião da DSPA.

A Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) é um serviço sustentado por verbas públicas, com o qual os residentes contam para a protecção do ambiente em Macau. Mas esta entidade esconde tudo, recusa-se a publicar os relatórios de avaliação ambiental apresentados pelos promotores, e não tem coragem de divulgar as suas opiniões sobre o relatório e o projecto em causa. Isto é inaceitável.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O projecto da Taipa Pequena foi revisto. Assim, foi substituída a construção de hotéis e vivendas baixas por seis prédios com uma altura de cerca de 100 metros, o que irá destruir, certamente, os espaços verdes e as montanhas. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) também refere este aspecto no seu relatório. Caso se mantenha esta substituição, sejam quais forem os outros ajustamentos a efectuar, os espaços verdes e as montanhas vão ser certamente destruídos. Há quem diga que o plano passou na avaliação ambiental, então, os nossos residentes podem tomar conhecimento do conteúdo do respectivo relatório, onde se admitem edifícios altos sem se tocar no ambiente e nas montanhas?

2. A DSPA é o serviço competente responsável pela protecção ambiental, e os seus pareceres sobre os empreendimentos que podem afectar o ambiente



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

devem ser divulgados. Então, porque é que os relatórios de avaliação ambiental entregues pelos promotores não podem ser divulgados? Para além disso, porque é que o parecer da DSPA sobre o relatório do empreendimento em causa também não foi divulgado?

3. O projecto da Taipa Pequena atingiu o prazo de 25 anos sem ter sido desenvolvido. Mas como o promotor mostrou grande vontade em concluir o resto do projecto, o Governo voltou a conceder os terrenos ao mesmo promotor em 2009, violando a Lei de Terras. No entanto, passado menos de um ano, o promotor decidiu alterá-lo, substituindo a construção de hotéis e vivendas baixas por seis edifícios habitacionais com cerca de cem metros de altura. Como é que o Governo aceitou que o promotor alterasse o plano inicial? Porque é que o Governo não o obrigou a desenvolver o terreno concedido de acordo com o plano inicial, de modo a corresponder ao objectivo inicial da concessão?

22 de Janeiro de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa

Au Kam San